

volume

24/1

Agosto/2018

ISSN 1516-2095
ICH - UFPel

História em revista

revista do núcleo de documentação histórica





Obra publicada pela

Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Pedro Rodrigues Curi Hallal
Vice-Reitor: Luis Isaías Centeno do Amaral

Chefe de Gabinete: Aline Elias Lamas

Pró-Reitor de Graduação: Maria de Fátima Cossio

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Flávio Fernando Demarco

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Francisca Ferreira Michelin

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Otávio Martins Peres

Pró-Reitor Administrativo: Ricardo Hartlebem Peter

Pró-Reitor de Infra-estrutura: Julio Carlos Balzano de Mattos

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Mário Renato de Azevedo Jr.

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: Sérgio Batista Christino

CONSELHO EDITORIAL

Representante das Ciências Agrônomicas: Guilherme Albuquerque de Oliveira Cavalcanti (Titular), Cesar Valmor Rombaldi (suplente) e Fabrício de Vargas Arigony Braga (suplente) | Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: Adelar José Strieder (titular) e Juliana Pertille da Silva (suplente) | Representante da Área das Ciências Biológicas: Raquel Ludke (suplente) | Representante da Área das Engenharias e Computação: Darci Alberto Gatto | Representantes da Área das Ciências da Saúde: Claiton Leoneti Lencina (titular) e Giovanni Felipe Ernst Frizzo (suplente) | Representante da Área das Ciências Sociais Aplicadas: Célia Helena Castro Gonsales | Representante da Área das Ciências Humanas: Charles Pereira Pennaforte e Guilherme Camargo Massau (suplente) | Representantes da Área das Linguagens e Artes: Josias Pereira da Silva (titular) e Maristani Polidori Zamperetti (suplente)

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristuê Elisandro Machado Lopes

Técnico Administrativo:

Paulo Luiz Crizel Koschier

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristuê Elisandro Machado Lopes

Profª Dra. Beatriz Ana Loner

Profª Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profª Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPel)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profª. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFMS)

Profª. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profª. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editores: Magno Santos | Fernando Ripe

Editoração e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2018/1

ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.24/1, (ago. 2018). – Pelotas: Editora da UFPel, 2018.

1v.

Annual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat

Online Computer Library Center

PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

[e-mail: ndh.ufpel@gmail.com](mailto:ndh.ufpel@gmail.com)

*** Obra editada e publicada em agosto de 2018**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DO ENSINO DE HISTÓRIA: TEMAS, FONTES E PROBLEMATIZAÇÕES

HISTORY OF EDUCATION AND HISTORY TEACHING: THEMES, SOURCES AND PROBLEMATIZATIONS **06**

Magno Santos | Fernando Ripe

A ESCRITA E O ENSINO DE HISTÓRIA NO SÉCULO XIX E A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS NAS LIÇÕES DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

THE WRITING AND TEACHING OF HISTORY IN THE NINETEENTH CENTURY AND THE REPRESENTATION OF INDIGENOUS IN LESSONS OF JOAQUIM MANUEL DE MACEDO **10**

Martha Victor Vieira

AS REPRESENTAÇÕES DO ASILO DE ÓRFÃS SÃO BENEDITO NA IMPRENSA LOCAL PELOTENSE DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

THE REPRESENTATIONS OF THE ASILO DE ÓRFÃS SÃO BENEDITO IN THE LOCAL PRESS PELOTENSE DURING THE FIRST HAL OF THE XX TH CENTURY **33**

Jeane dos Santos Caldeira | Jezuína Kobls Schwanz

IMAGENS DAS OFICINAS PROFISSIONALIZANTES SALESIANAS NA CIDADE DO RIO GRANDE/RS (1910-1960).

IMAGES OF SALESIAN PROFESSIONAL WORKSHOPS IN THE CITY OF RIO GRANDE / RS (1910-1960). **51**

Hardalla Santos do Valle

A EDUCAÇÃO FEMININA ENTRE A NORMALIZAÇÃO E A RESISTÊNCIA: UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS DA REVISTA CARETA (1914-1918)

THE FEMALE EDUCATION BETWEEN NORMALIZATION AND RESISTANCE: AN ANALYSIS OF THE SPEECHES OF CARETA MAGAZINE (1914-1918) 72

Fernanda C. Costa Frazão

DA MATERIALIDADE AO CONTEÚDO: ANÁLISE DO MATERIAL DIDÁTICO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

FROM MATERIALITY TO CONTENT: ANALYSIS OF THE DIDACTIC MATERIAL OF THE BRAZILLIAN LITERACY MOVEMENT 102

Leide Rodrigues dos Santos

“EDUCAR É CONSTRUIR PARA O INFINITO”: ANÁLISE DOS DISCURSOS TRANSFORMADORES RELATIVOS À REFORMA DE 1971 NOS EDITORIAIS DA REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1972-1974)

"EDUCATION IS BUILDING FOR THE INFINITE": ANALYSIS OF THE TRANSFORMING SPEECHES RELATED TO THE REFORM OF 1971 IN THE EDITORIALS OF THE REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL (1972-1974) 121

Simôni Costa Monteiro Gervasio | Alessandro Carvalho Bica

O ENSINO DE HISTÓRIA E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: OS DESAFIOS DOS PROFESSORES NO ENSINO FUNDAMENTAL

THE TEACHING OF HISTORY AND EDUCATIONAL PRACTICE: THE CHALLENGES OF TEACHERS IN ELEMENTARY SCHOOL 145

Helena Gouveia da Silva Oliveira | Irlanda do Socorro de Oliveira Mileo | Renato Pinheiro da Costa

**NAS VOLTAS QUE A FORMAÇÃO EM HISTÓRIA DÁ: UM RELATO DE
EXPERIÊNCIA SOBRE O ESTAR COORDENADOR PEDAGÓGICO NA
REDE BÁSICA DE ENSINO**

THE TURNS THAT THE GRADUATION IN HISTORY GIVES: A REPORT OF
EXPERIENCE ON THE STUDENT PEDAGOGICAL COORDINATOR IN THE
BASIC NETWORK OF TEACHING

Felipe Nóbrega Ferreira

170

A ESCRITA E O ENSINO DE HISTÓRIA NO SÉCULO XIX E A REPRESENTAÇÃO DOS INDÍGENAS NAS LIÇÕES DE JOAQUIM MANUEL DE MACEDO

THE WRITING AND TEACHING OF HISTORY IN THE NINETEENTH CENTURY
AND THE REPRESENTATION OF INDIGENOUS IN LESSONS OF JOAQUIM
MANUEL DE MACEDO

*Martha Victor Vieira**

RESUMO: Este artigo analisa a escrita e o ensino de história no século XIX, tomando como parâmetro as ideias de Joaquim Manuel de Macedo, especialmente, seus escritos na Revista do IHGB e o seu manual didático *Lições de História de Brazil para uso das Escolas de Instrução Primária (1861/63)*. Este manual confere destaque às questões políticas e administrativas, mas contém duas lições sobre os indígenas brasileiros. Acredito que a forma de escrita das *Lições de História do Brasil* demonstra a importância que a temática indígena possuía para os políticos e intelectuais nesse período, especialmente, para os membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que pretendiam escrever e ensinar uma história que corroborasse com a construção da nação brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Joaquim Manuel de Macedo; Livro Didático; Ensino de História; Indígenas.

Eric Hobsbawm (2000, p. 271), ao tratar da questão do nacionalismo, afirma, com muita propriedade, que: “O que faz uma nação é o passado, o que justifica uma nação em relação à outra é o passado, e os historiadores são as pessoas que o produzem”. De fato, as narrativas dos fatos passados, não raro, são mobilizadas para persuadir e mobilizar as pessoas para a ação política em torno de um projeto ou de um ideário. Por isso, a memória ou o esquecimento de determinados acontecimentos e agentes históricos podem contribuir para perpetuar uma versão da história que beneficia os interesses de um grupo em detrimento de outros. No século XIX, o projeto da elite imperial era construir uma nação brasileira autônoma política e culturalmente, por essa razão, nesse período, defendia-se a ampliação da educação pública, especialmente do conhecimento histórico, que era compreendido como fundamental para auxiliar

* Doutora em História e Professora do Curso de História, do Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína. E-mail: martha.victor@uft.edu.br.

na administração do Estado. Conhecer e escrever o passado eram formas de atuação política no presente, porque a história ensinava, fornecia os exemplos a serem seguidos e orientava os projetos futuros.

As ações de políticos e intelectuais para a construção dos pilares institucionais da jovem nação brasileira começaram logo após a ratificação da emancipação de Portugal. De um lado, começou-se a organizar um aparato burocrático, jurídico e político que deveria reger as relações de poder entre o Estado e a sociedade, bem como controlar as ações dos diversos grupos sociais e étnicos domiciliados nessa porção do território. Por outro lado, houve também um esforço em incentivar produções culturais que contribuíssem para construir uma ideia de nação e dar sentido a essas representações sobre o Brasil. Entre as produções culturais incentivadas pelo Governo Imperial estavam as narrativas históricas, geográficas e literárias que circularam no Oitocentos.

Comprometidos em consolidar o regime monárquico e exercer, por meio da palavra impressa, uma pedagogia política, um grupo de letrados, pertencentes à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN), fundou, em 1838, o IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), o qual contou com o apoio do Imperador D. Pedro II, desde que este ascendeu ao trono em 1840. Como muitos intelectuais oitocentistas, os sócios fundadores desse Instituto argumentavam que as “letras” possuíam um papel pedagógico fundamental para a melhoria dos costumes. O conhecimento histórico e geográfico, particularmente, seria útil para auxiliar na administração pública, além de esclarecer a população brasileira (MATTOS; BARBOSA, 1908, p. 6-8).

A princípio, a intenção do IHGB era contribuir para a construção da identidade nacional, estimulando a produção de uma escrita da história pragmática que contemplasse um projeto político nacional. Isso porque, como afirma Ricupero, reconstruir o passado de um país, ou povo, serve para “dar legitimidade para o poder político e a ordem social existente”. Com essa intenção, “seleciona-se entre os acontecimentos e as estruturas do passado aquilo que pode dar suporte a uma narrativa que dote de significado a experiência da comunidade nacional” (RICUPERO, 2004, p. 113).

A Revista do IHGB, que começou a circular em 1839, foi o meio utilizado para difundir os estudos sobre as várias províncias brasileiras e realizar uma gestão da memória dos fatos e personagens que convinham destacar no presente e que a sociedade do futuro deveria se lembrar. O IHGB foi criado tendo como objetivo coletar, arquivar e publicar estudos de história e geografia, bem como difundir esses conhecimentos disciplinares por meio do ensino.

Januário da Cunha Barbosa, em 1839, ressaltava que era proposta do



Instituto abrir um curso de história e geografia para fazer com que os brasileiros pudessem conhecer as “cousas da pátria”. Tirada do esquecimento e da obscuridade, a história poderia servir às “gerações subseqüentes”. Ademais, os estudos de história e geografia serviriam para corrigir erros que circulavam em escritos nacionais e estrangeiros sobre o Brasil (BARBOSA, 1908, p. 15).

A iniciativa do IHGB evidencia a vontade dos seus membros em estimular a produção de uma história do Brasil. Tanto que, em 1843, fez-se um concurso para premiar quem melhor produzisse uma monografia sobre a história brasileira, tendo sido selecionado o texto de Carl Friedrich Philipp Von Martius, com a dissertação intitulada “*Como se Deve Escrever a História do Brasil*”. Já em 1854, Francisco Adolfo de Varnhagen, sócio efetivo do IHGB, escreveu a obra *História Geral do Brasil*, que é considerada uma grande síntese histórica do Oitocentos. Houve sócios do Instituto que redigiram textos históricos de grande circulação no período, mas que hoje são pouco lembrados, talvez por terem escrito para o nível primário e secundário. Entre esses sócios está Joaquim Manuel de Macedo, que no início de 1860, escreveu dois manuais didáticos: *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II* (1861), inicialmente publicado em dois volumes, e *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária* (1861-1863).

Macedo foi um literato que nasceu na freguesia de São João de Itaboraá, no Rio de Janeiro, em 24 de junho de 1820. Embora tenha se formado em medicina, Macedo não exerceu essa profissão. Durante sua vida, atuou como redator, literato, dramaturgo, político, historiador e professor de História do Brasil do Colégio D. Pedro II, sendo o primeiro titular permanente da cadeira de Corografia e História do Brasil (GASPARELLO, 2011, p. 473). A partir de 1845, tornou-se sócio do IHGB. No Instituto, foi primeiro secretário, membro da Comissão dos trabalhos históricos e orador efetivo, atingindo a vice-presidência em 1876 (MATOS, 1993, p. 16). Publicou crônicas e folhetins em vários periódicos fluminenses, tais como: o *Correio Mercantil*, a *Revista Popular*, *Jornal do Commercio*, *A Reforma*, *O Globo*, *Marmota Fluminense*, a *Semana Ilustrada*, entre outros.

Foi deputado provincial (1850, 1853, 1854-59) e deputado geral (1864-1866, 1867-1868, e 1878-1881) pelo Partido Liberal. Apesar de atuar como político, redator e historiador, Macedo ficou, efetivamente, conhecido por suas contribuições literárias, especialmente pelo romance *A Moreninha*, escrito em 1845. Entre as obras de Macedo, encontram-se vários romances, sátiras políticas, crônicas, teatro, poesias e textos de história do Brasil. Ademais, os escritos publicados na Revista do IHGB também fazem parte do legado intelectual de Macedo.

Franklin Távora, no elogio necrológico que fez a Macedo, argumenta que o mesmo trabalhou no IHGB por mais de vinte e cinco anos e que sua morte ocasionou uma grande perda, tanto para o Instituto quanto para o país. Nas suas palavras: “[...] o romance nacional perdeu o seu fundador, o drama, um dos seus mais desvelados cultores, a poesia, uma das suas inspirações, a história pátria, uma das suas autoridades, a política, um nome puro, a família, um esposo exemplar e um irmão capaz de sacrifício” (TAVORA, 1882, p. 508).

Macedo faleceu em 1882, mas sua produção escrita permaneceu circulando entre os leitores. Os seus dois compêndios, *Lições de História do Brasil*, que teriam se inspirado, sobretudo, na obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolpho Varnhagen, continuaram sendo utilizados tanto no Colégio D. Pedro II quanto em outras escolas oitocentistas. O sucesso e a longevidade do uso das obras didáticas de Macedo, para Selma Rinaldi de Mattos (MATTOS, 1993, p. 95), assemelhavam-se à “perenidade” da obra varnhageniana na qual se inspirou.

No início de 1880, o Programa de ensino do Colégio D. Pedro II foi atualizado, passando-se a adotar o livro de Luis de Queirós Mattoso Maia, *Lições de História do Brasil* (VECHIA, 2008, p. 120-121). Uma das razões para se substituir o manual de Macedo, por esta outra obra de mesmo nome, deve-se a necessidade de se ensinar aos alunos fatos históricos do Brasil, que não constavam nas *Lições* macedonianas, escritas no início de 1860.

Manual Didático, Ensino de História e Gestão da Memória

Os manuais didáticos começaram a ser produzidos no Brasil a partir da vinda da família real, em 1808, sendo as primeiras obras feitas pela Impressão Régia. A primeira geração de autores de livros didáticos teria surgido por volta de 1827, com a preocupação de criar “cursos secundários e superiores, apenas esboçando algumas contribuições para o ensino de ‘primeiras letras’” (BITTENCOURT, 2004, p. 480). Dois manuais de história, geralmente chamados de compêndios, se destacaram nas leituras realizadas pelos estudantes na primeira metade do século XIX: a tradução, feita por Luís Henrique Niemeyer Bellegarde, da obra *Resumé de l'histoire du Brésil*, de Jean-Ferdinand Denis, publicada em 1831 no Rio de Janeiro, e o *Compêndio de História do Brasil*, de autoria de José Ignacio de Abreu e Lima, escrito em 1843 (GASPARELLO, 2003, p. 1-2).

Foi com a criação do Colégio D. Pedro II, em 1837, que o ensino de história começou a ser pensado e melhor definido enquanto uma disciplina. Foi também nesse Colégio que ocorreu a “[...] elaboração do currículo escolar e em

sequência a formação de conteúdos programáticos, posteriormente seguidos pelos livros didáticos, como é feito até os dias de hoje.” Contudo, uma política de livros didáticos somente ocorreu no Brasil a partir de 1930, durante a Era Vargas. A criação da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) ocorreu em 1938 (FEIDMAN, 2010, p. 48).

Bittencourt (2004, p. 481), analisando o tema dos livros didáticos entre 1810-1910, aponta que muitos sócios do IHGB, que eram professores do Colégio D. Pedro II, foram responsáveis pela produção de manuais didáticos para o ensino secundário. Nas palavras dessa historiadora: esses autores possuíam “[...] estreitas ligações com o poder responsável pela política educacional do Estado, não apenas porque eram obrigados a seguir os programas estabelecidos, mas porque estavam ‘no lugar’ onde este mesmo saber era produzido.”

Os membros do IHGB estavam no lugar institucional que lhes conferia meios para produzir e fazer circular saberes. Ora, como argumenta Tomáz Tadeu Silva (2011, p. 91): “[...] quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade”, tendo em vista que: “A identidade e a diferença são extremamente dependentes da representação. É por meio da representação, assim compreendida, que a identidade e a diferença adquirem sentido”. Os historiadores são os agentes que possuem o discurso autorizado para produzir representações sobre o passado e, portanto, são fundamentais para construir e desconstruir identidades.

Compete ao historiador a tarefa de desconstrução e reconstrução do conhecimento histórico especialmente quando encontra evidências que contestam as representações identitárias existentes nas narrativas progressistas. Narrativas essas que foram construídas, em determinado contexto sócio-cultural, por intelectuais comprometidos com os interesses das instâncias institucionais de poder e saber nas quais circulavam.

Enquanto espaço reconhecido de produção de saber, o IHGB defendia a pesquisa, o ensino e a divulgação do conhecimento histórico, geográfico e etnográfico com um claro objetivo de realizar a gestão da memória da pátria, a fim de que as futuras gerações conhecessem o protagonismo das elites, as formas e as divisões administrativas e as fronteiras nacionais, bem como as hierarquizações culturais e étnico-raciais. Era pensando nisso que o Instituto estava publicando os manuscritos antigos, a fim de que se pudesse “salvar de uma vez dos sorvedouros do tempo essas memórias do passado” (MACEDO, 1853, p. 568).

De acordo com o estudo de Bittencourt, além do IHGB, outra

instituição que possuía autores de livros didáticos foi a Escola Militar, criada em 1810. Nessa Escola, inicialmente, “Os lentes limitaram-se a realizar traduções, ou adaptações de textos estrangeiros ou, preferencialmente, recorriam às obras de Portugal”. Contudo, após o Período Regencial, quando a questão nacional ganhou proeminência, passou-se a produzir obras locais. Na visão dessa historiadora: “A Escola Militar foi, então, o lugar institucional responsável pelo aparecimento dos primeiros compêndios dedicados ao ensino das disciplinas formadoras da “nacionalidade”, especialmente história e geografia” (BITTENCOURT, 2004, p. 481).

Entretanto, o lugar institucional que ficou mais conhecido pelo incentivo aos estudos históricos e geográficos foi o IHGB, cujos membros queriam construir uma narrativa nacional, com a finalidade de consolidar a independência, a unidade territorial e a ordem política vigente, tendo em vista os padrões culturais europeizados e elitistas. Esse era o *leitmotiv* da proposta de história do Brasil que foi escrita e ensinada desde o século XIX e em boa parte do século XX. Por essa razão, concordo com Maria Turis Toledo quando ela afirma que “[...] situar a produção do IHGB relativamente ao que foi seu programa de intervenção cultural e político interessa tanto à crítica das representações que se instituíram como memória como também para a desmontagem dessa memória da nação brasileira no ensino de História” (TOLEDO, 2004, p. 28).

No século XIX, a produção dos livros didáticos, dotados daquela “função ideológica e cultural”, identificada por Chopin (2004), contribuiu para a consolidação do Estado e da identidade nacional, ao fazerem circular determinadas representações de uma população pluriétnica que residia no extenso território brasileiro. Nessas representações, ensinavam-se os padrões culturais da classe dominante, depreciando os indígenas e invisibilizando as etnias africanas. Como argumenta Vera Candau (2011, p. 242):

A construção dos estados nacionais latino-americanos supôs um processo de homogeneização cultural em que a educação escolar exerceu um papel fundamental, tendo por função difundir e consolidar uma cultura comum de base eurocêntrica, silenciando ou invisibilizando vozes, saberes, cores, crenças e sensibilidades.

Particularmente, os livros didáticos de história, ao contribuírem para difundir determinadas representações do real, estão envolvidos em “um complexo conjunto de relações de poder” (ARAÚJO, MAESO, 2010, p. 240). Afinal, os manuais escolares, ao divulgarem determinados conteúdos, símbolos, imagens e versões podem influenciar a forma de pensar da sociedade de

determinada época, haja vista que veicula “um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura” (BITTENCOURT, 2008, p. 72).

Como resultado de uma pesquisa histórica que se destina a determinado público e é recortada, selecionada, financiada e publicada por alguém, podemos dizer que o livro didático, assim como todo ato de escrita, necessariamente, está relacionado a um contexto de produção, que envolve, além da dimensão mercadológica, o lugar da fala do narrador, sua classe social, suas referências teóricas, ideológicas, historiográficas e memoriais, bem como suas experiências e expectativas futuras. É partindo desses pressupostos que pretendemos analisar os escritos de Joaquim Manuel de Macedo.

A Concepção de História de Joaquim Manuel de Macedo

Um dos textos que demonstra a concepção de história de Macedo são as “*Dúvidas sobre alguns pontos da História da Pátria*”, publicadas na Revista do IHGB em 1862. Neste texto, que trata da guerra holandesa, Macedo, de saída, esclarece que o historiador não pode conceder “honras indevidas” ao seu “herói predileto” e, menos ainda, lançar “culpas imerecidas” aos outros, cumpria-lhe, simplesmente, narrar a verdade dos fatos, que deveriam passar por uma “crítica conscienciosa” (MACEDO, 1862, p. 5-6).

Atento à circulação de informações inverídicas e duvidosas, em outro artigo, Macedo afirmou que, até o fim do século XVII, o Brasil tinha história, mas não tinha historiador: “Os dois Peros, Caminha e Gandavo, deram luz ao seu berço, mas não podiam escrever senão dois autos, o do nascimento ou da descoberta e o do batismo da terra de Santa Cruz.” Na visão desse escritor, a história do Brasil só se inicia com Sebastião da Rocha Pitta, que escreveu *História da América Portuguesa* em 1730. Pitta seria o “primeiro historiador do Brasil”, o “patriarca da História”, mas teria cometido várias inexatidões em sua obra, que foram seguidas pelo competente Robert Southey, no século XIX. O sucessor de Rocha Pitta, seria Francisco de Adolfo Varnhagen, sócio do IHGB, que, entre 1854 e 1857, escreveu *História Geral do Brasil*. Varnhagen não teria destronado Pitta, nem anulado Southey, mas, devido ao seu senso crítico e a sua investigação, podia ser considerado o “primeiro historiador do Brasil até os nossos tempos” (MACEDO, 1878, p.480-488).

Como político liberal, Macedo foi um ardente defensor da independência do Brasil e fez circular uma memória crítica da relação dos portugueses com os brasileiros. Ele considerava a escrita da história de suma importância para a nação. Acreditava que escrever a história de um povo era

[...] exercer uma verdadeira magistratura política, e o instituto histórico e geográfico do Brasil, coligindo e registrando os acontecimentos do passado e da actualidade, entesourando elementos para os livros do futuro, pode dizer-se o preparador de um processo grandioso, no qual serão juízes os historiadores da posteridade (MACEDO, 1856, p. 92-93).

O Instituto histórico, ao escrever a verdade dos fatos passados, baseando-se, especialmente, nos documentos oficiais e em relatos fidedignos tinha a intenção de instigar o amor à pátria. Essa concepção da história como verdade é bem nítida nos escritos de Macedo, que acreditava que a história tinha uma função pragmática, porque ajudava a construir o presente e a arquitetar um projeto de futuro.

Como argumenta Selma Rinaldi de Mattos (MATTOS, 1993, p. 80-81), as *Lições de História do Brasil* (1861) de Macedo concretizam dois aspectos fundamentais da moderna historiografia oitocentista, cujos pressupostos metodológicos recomendavam uma forma narrativa que revelasse o “[...] sentido geral da formação e evolução de um povo ou nação. E, por fim, devia-se traduzir este sentido geral de modo a fazer da história a pedagogia da formação do Povo”.

Macedo pensava que a circulação das palavras escritas tinha o poder de intervir na esfera pública, por isso, afirmava que a imprensa era fundamental para a construção da nação, haja vista a sua função de formar a opinião e controlar as ações dos governantes. A sua percepção da imprensa pode ser notada no seguinte comentário publicado, em 1862, na Revista do IHGB: “O engenheiro é a potente alavanca do progresso e da civilização: a imprensa e o engenheiro tem o condão da grandeza moral e material das nações” (MACEDO, 1862, p. 726).

Partilhando uma visão da história que pressupunha um carácter filosófico, mas ainda era vista também como mestra da vida, Macedo (1854, p. 47) afirma que: “Todas as nações se esforçam por perpetuar a memória de seus feitos gloriosos: não se contentam á posteridade: querem também que eles falem aos olhos do povo palpitando nos trophes de vitória [...]”. Por isso, complementa, em outro texto, “A história dos heróis deveria ficar no “livro encantado da memória” para servir de exemplo aos demais (MACEDO, 1860, p. 686). Nas suas palavras:

E o passado que assim se torna mestre do futuro. São as sombras venerandas de alguns mortos que parecem surgir incessantemente do abysmo das sepulturas para mostrar aos vivos a estrada do dever, do patriotismo e da honra, como as nuvens de fumo e de fogo, que dia e noite dirigiam a marcha

do povo escolhido em sua retirada do Egypto (MACEDO, 1861, p.797).

Tomando como base os textos de Macedo publicados no IHGB, nota-se que há uma forte identificação entre história e memória, nesses primeiros momentos de institucionalização da disciplina no Brasil. Isso contribuiu para suscitar várias disputas de viés epistemológico e político-ideológico no interior do Instituto, na medida em que ainda não se tinha clareza sobre como deveria ser escrita a história do Brasil. Conforme aponta Temistocles Cezar (2004, p. 12): “O problema é que assim como a nação estava sendo construída, a história enquanto disciplina científica estava ainda dando seus primeiros passos. Tal como para o projeto nacional, também não era clara a identidade da história, nem do historiador.”

Pode-se dizer, no entanto, que havia um consenso entre os letrados oitocentistas que a escrita da história do Brasil deveria incluir os povos originários do território, haja vista a quantidade de artigos produzidos sobre essa temática ou que faziam referência a mesma na Revista do IHGB. Aliás, isso já havia sido consolidado no premiado texto de Von Martius, escrito em 1843, que propunha uma narrativa histórica que incluísse os portugueses, indígenas e africanos.

A questão indígena tornou-se pujante no Oitocentos porque esses povos foram eleitos por políticos e intelectuais como representantes da nacionalidade brasileira. Bernardo Ricupero (2004, p. 125) afirma que a questão indígena e das fronteiras teve grande destaque no IHGB porque “a maioria dos sócios tende a crer que é nos índios que se encontram os fundamentos da nação brasileira”.

No que se refere à escrita sobre os indígenas, Macedo defendia que o papel do IHGB era contribuir para o estudo da cultura, do caráter e da língua dos variados grupos indígenas americanos, antes da chegada dos colonizadores europeus, a fim de facilitar o trabalho da catequese (MACEDO, 1852, p. 487).

A atenção dada por Macedo aos indígenas devia-se a própria concepção de história que circulava nessa época. Como esclarece o historiador Manuel Salgado Guimarães, a concepção de história linear dos membros do IHGB estava influenciada pelas ideias iluministas e “pela noção de progresso”. Conhecer e difundir um saber sobre o passado dos povos ameríndios ajudaria a consolidar a nação brasileira no presente, bem como justificar um projeto civilizatório nos trópicos (GUIMARAES, 1988, p.11).

A inclusão dos indígenas na história do Brasil e a crítica à violência cometida aos mesmos, contudo, dava-se apenas no âmbito do discurso e das

representações históricas e literárias, porque, na prática, Macedo, como outros intelectuais oitocentistas, defendia que se catequizassem os indígenas, inserindo-os na sociedade brasileira para que fossem civilizados. Como argumenta Fernanda Sposito (2006, p. 90), havia certa contradição entre o discurso indianista e a política indigenista estatal. Igualmente ambíguos seriam os discursos veiculados pelos indianistas e membros do IHGB, pois ao mesmo tempo em que criticavam a violência contra os indígenas, exaltavam, igualmente, as ações dos colonizadores portugueses. Essa ambigüidade identificada pela historiadora talvez se relacionasse à proximidade entre o IHGB e o Estado, que tinha como monarca e patrono um descendente da Dinastia de Bragança.

No que tange às narrativas macedianas, chama atenção o fato de que a crítica existente ao tratamento fornecido aos indígenas é mais visível nas suas publicações da Revista do IHGB do que no seu manual didático, que traz as matérias de história a serem ensinadas no século XIX. Essa linha de raciocínio condiz com os estudos de Selma Rinaldi de Mattos (MATTOS, 1993, p. 98) que, referindo-se as declaradas intenções de Macedo ao escrever as *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II*, identifica na escrita histórica do autor uma diferença entre ensino e pesquisa. Sendo as atividades de ensino ligadas às informações dos compêndios que eram produzidos para o Colégio D. Pedro II; enquanto as atividades de pesquisa relacionavam-se às publicações do IHGB.

Evidentemente, que os intelectuais oitocentistas não tinham a clareza que se possui hoje sobre a diferença entre ensino e pesquisa. Mas, certamente, desde então, já havia um objetivo de tornar a linguagem e os fatos históricos mais inteligíveis aos alunos. Daí a preocupação pedagógica que teve Macedo ao escrever *Lições de História do Brasil para uso das escolas instrução primária*, pois, na sequência das narrativas textuais, as *Lições* apresentavam três itens: 1) explicação; 2) quadro sinóptico; 3) perguntas. O objetivo dessa complementação apresentada no final de cada capítulo era fazer uma síntese seletiva dos acontecimentos e dos conceitos mais importantes, bem como estimular a memorização de tais informações. Ao comentar a metodologia do manual de Macedo, Arlette Gasparello (2011, p. 480) afirma que a sua preocupação pedagógica “resultava da experiência docente: seu método tinha por objetivo facilitar a docência e a aprendizagem em História”. Auxiliava, portanto, a alunos e professores, o que, nesta ocasião, era bastante inovador.

O fato é que a história do Brasil veiculada por Macedo, ao realizar uma gestão seletiva da memória, neste contexto, foi fundamental para consolidar o projeto político que visava à unidade territorial e a civilização da nação. Civilização que, baseada nos padrões europeus, era compreendida tanto em

termos de desenvolvimento material quanto cultural da sociedade brasileira.

A Representação do Indígena no Manual de Macedo

Embora a historiografia brasileira, até recentemente, não tenha privilegiado estudar os indígenas, essa temática estava muito presente nos escritos produzidos no século XIX. Isso porque a partir da Independência acirrou-se o debate sobre o estatuto jurídico e a forma de controlar os grupos originários do território. A questão era controversa e melindrosa, remontando a impasses existentes desde o período colonial e que receberam novo redirecionamento com a criação do Diretório dos Índios (1755-1798). Mas foi após a vinda da Corte em 1808 que, tendo em vista interesses econômicos, d. João inaugurou uma política mais ofensiva para combater e submeter os indígenas, tidos como *hostis* (SPOSITO, 2006, p. 48).

Atento às demandas do Estado Imperial, já na Representação feita à Assembleia Constituinte de 1823, José Bonifácio afirmava que como deputado da nação dois objetos lhe pareciam “de maior interesse para a futura prosperidade do Império”: a “civilização geral dos índios do Brasil” e a abolição do comércio da escravatura (SILVA, 2000, p. 23). No âmbito da mesma Assembleia foi criada a Comissão de Colonização, Civilização e Catequese dos Índios para pensar soluções sobre esse assunto (SPOSITO, 2006, p. 57).

Em texto publicado na Revista do IHGB, o historiador Francisco de Adolfo Varnhagen (1841, p. 53) defendia, inclusive, que houvesse o estudo e ensino das línguas indígenas no Brasil, para facilitar a civilização e a catequese dos mesmos. Para muitos políticos e intelectuais oitocentistas era importante estudar e integrar os indígenas, a fim de promover o desenvolvimento econômico e cultural da nação. As diretrizes do Regulamento das Missões de 1845, ao enfatizarem a necessidade de aldeamento, educação e catequização dos indígenas, evidenciam esse projeto (BRASIL, 1845).

Convivendo tanto no meio político quanto letrado, Macedo, como um estudioso da história do Brasil demonstra ter conhecimento do encaminhamento da política indigenista. Embora não se encontre nos seus escritos da Revista do IHGB algum que tratasse especificamente da temática indígena, observa-se que o indígena era assunto recorrente nos Discursos, Necrológios e Relatórios feitos por esse escritor. Macedo, como muitos intelectuais indianistas, faziam a defesa do indígena que era representado, nesta ocasião, como símbolo nacional.

O uso da imagem do indígena era uma forma de destacar que o Brasil



não pertencia aos portugueses, porque antes destes já havia pessoas morando nesse espaço territorial. Os intelectuais que louvavam os indígenas, geralmente, criticavam de forma contundente o comportamento dos portugueses para como esses povos originários do território. Há nessa defesa muito artifício retórico para marcar alteridade, tendo em vista a diferença entre os discursos e os tratamentos efetivamente conferidos aos indígenas.

A crítica a Coroa portuguesa está nítida nos textos apresentados por Macedo no IHGB. No seu relatório de 1853, ao elogiar a obra de Beaurepaire Rohan, *Considerações acerca da conquista, catequese e civilização dos selvagens no Brasil*, ele afirma que a catequese dos indígenas era uma questão relevante, tanto do ponto de vista religioso quanto político. Tal importância, contudo, não teria sido notada pela “antiga metrópole”, cujos atos demonstravam mais uma tentativa de “destruição dos aborígenes” do que uma preocupação com a catequese e a civilização (MACEDO, 1853, p. 577).

O interesse pelos indígenas está expresso no seu manual *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária*, escrito entre 1861 e 1863, que dedica dois capítulos a esse tema; enquanto o seu similar, *Lições de História do Brasil para uso dos alunos do Imperial Colégio de D. Pedro II* (1861), reunia as informações sobre os gentios em um único capítulo, porém, mais extenso (MATOS, 1993, p. 106-107).

Nessa obra didática produzida para um público escolar maior e de outra faixa etária, pode-se dizer que Macedo esmiuçava e resumia as informações relativas aos indígenas. Por essa razão, um capítulo intitula-se: *O Brasil em geral: o gentio do Brasil* e o outro *O gentio do Brasil*. Esse novo manual, ampliado em duas lições e com textos mais enxutos, em 1865, já estaria na sua segunda edição (MATOS, 1993, p. 108-109). Mesmo após a morte do escritor em 1882, as *Lições* para instrução primária sofreram atualizações e foram bastante usadas nas escolas brasileiras até as primeiras décadas do século XX.

Os dois compêndios macedianos, escritos na mesma época e que se assemelham no conteúdo, enquadram-se em uma “segunda fase” da produção de manuais didáticos no Brasil (GASPARELLO, 2003, p. 5), tanto um quanto o outro foram produzidos no sentido de corroborar para a construção da nacionalidade. Muito embora, provavelmente, Macedo não escrevesse manual didático apenas para declarar seu manifesto patriotismo, mas também para obter recursos financeiros. Afinal, os dividendos obtidos com os seus escritos, certamente, o ajudavam na sua sobrevivência.

A versão que estamos perscrutando de *Lições de História do Brasil para uso das escolas de instrução primária* possui trinta e seis partes, que abrangem da

época da Dinastia de Aviz até a aclamação do Imperador d. Pedro I. As demais lições contêm apenas índice cronológico. Neste artigo, nos debruçaremos, especialmente, sobre as lições cinco e seis que tratam diretamente da temática indígena.¹

O objetivo principal do manual didático de Macedo está posto logo na “Prefação”, quando ele afirma que a sua obra ficou extensa devido às complementações, compostas pela explicação, quadro sinóptico e perguntas, que tinham o intuito de facilitar as lições e gravá-las nas “memórias dos discípulos”. A explicação, o quadro sinóptico e as perguntas apontam para o leitor as informações consideradas mais importantes e que deveriam ser apreendidas pelos estudantes. Gasparello (2011) destaca, porém, outra função dessa metodologia didática inovadora do manual de Macedo, que seria auxiliar ao professor que utilizasse o seu compêndio.

De fato, pode-se deduzir o direcionamento ao professor quando Macedo diz na introdução que “[...] nas escolas de instrução primaria o professor é a alma do livro, e não ha método que aproveite, se o professor não lhe dá vida, aplicando-o com paciência e consciência do ensino (MACEDO, s/d, p. 2).” Na concepção tradicional de ensino, vigente no século XIX, ao professor competia à responsabilidade pela difusão do conhecimento.

As *Lições* macedianas abrangem todo o período do Brasil colonial. Inicia-se a narrativa a partir da expansão ultramarina portuguesa, seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos. A primeira lição exalta os feitos da Dinastia de Avis, sob a qual ocorreram as “admiráveis descobertas e conquistas”. No entanto, logo na segunda lição, aparece à chegada ao Brasil e o contato inter-étnico.

Seguindo a Carta de Caminha, Macedo destaca a cordialidade do primeiro contato entre portugueses e os indígenas, que, de saída, são representados como “completamente selvagens”. Neste capítulo, Macedo destaca que apesar de Portugal ter levado o mérito da “descoberta”, três outros navegadores tinham estado na costa brasileira antes de Cabral, mas que havia poucos vestígios históricos dessa passagem (MACEDO, s/d, p.14-16).

Depois de redigir mais duas lições enfocando as expedições exploradoras e a vinda de Martim Afonso de Souza no final de 1530, Macedo trata, na quinta lição, do “gentio do Brasil”. Descreve os seus caracteres físicos, os ornamentos e as armas que usavam, bem como seu meio de sobrevivência,

¹ Essa obra, embora não tenha data, provavelmente, foi reeditada no final do século XIX. Na capa do manual consta “nona edição melhorada”.

que se baseava na caça e na pesca. Ressalta o fato de terem grande habilidade de andar e se localizar nas florestas, mas adverte que eram desconfiados, violentos e vingativos, não respeitavam “ajustes nem contratos”, sendo alguns grupos antropófagos. (MACEDO, s/d, p. 41-45).

Na análise das *Lições*, observa-se que Macedo, além de se fundamentar na obra *História Geral do Brasil* de Francisco Adolfo Varnhagen (1841), coleta informações das crônicas coloniais para tratar da representação da paisagem e dos indígenas. Por essa razão, a descrição da paisagem é vista de forma edênica e os chamados “gentios” são representados como “bárbaros”, como se pode notar no seguinte fragmento: “No meio porém d’esta natureza opulenta e de proporções colossaes, o que se apresentou aos olhos dos descobridores e conquistadores do Brasil menos digno de admiração e mais mesquinho foi o gentio que habitava esta vasta região” (MACEDO, s/d, p. 38).

Nos textos macedianos publicados na Revista do IHGB a expressão “índio” aparece no vocabulário usado pelo autor, já nos dois capítulos do manual, sobre essa temática, privilegia-se o uso da palavra “gentio”, embora, em outras lições, haja referência também ao termo indígena. Para que os alunos melhor compreendessem a sua linguagem, Macedo explica que “gentio” significava: “gente bárbara que não conhece a lei de Deos” (MACEDO, s/d, p. 42).

Na sexta lição, Macedo continua a falar do gentio do Brasil, que se dividiriam em tupis e tapuias. Argumenta que esses povos tinham “laços de família limitados”, não conheciam relações sociais e viviam espalhados, desunidos, guerreando. Na sociedade indígena não teriam leis, artes, ciência ou indústria. A língua era pobre, não tinha F L R (Fé, Lei e Rei). Os gentios não tinham “religião fundada em princípios”, faziam uma divisão sexual do trabalho e se guiavam pelas fases da lua para pescar, caçar, etc. Macedo complementa: “E deviam estar assim atrasados em civilização, pois que estavam sempre ocupados em guerrear” (MACEDO, s/d, p. 46-49).

Novamente, nas suas explicações, Macedo ensina aos leitores que se deve entender pelo conceito de civilização “a instrução de um povo nas artes e sciencias que podem fazer a sua prosperidade moral e material, isto é, que esclarecem o seu espírito, e fazem o seu bem estar”. Os gentios brasileiros, por não terem esse tipo de “civilização”, eram designados como “selvagens”. Aliás, a expressão “selvagem” é recorrente no manual, sendo compreendida como abrangendo aqueles “povos que ignorão a arte de escrever, que não tem polícia, que não tem religião, ou profissão religião absurda, e que vivem em plena liberdade de natureza” (MACEDO, s/d, p. 52).

É interessante observar que a suposta falta de religião por parte dos indígenas, ou o fato de terem uma religião não reconhecida ou pagã, é um ponto fundamental na descrição dos mesmos. Sendo esta ausência usada para desqualificá-lo e chamá-lo de selvagem, com vistas, evidentemente, justificar a catequese, que é defendida como um meio eficaz de civilizar os costumes dos povos que viviam no território antes do contato com a esquadra de Cabral. Civilizar é preciso porque o desenvolvimento nacional demanda povos industriais e que respeitem a lei e a ordem vigente. Para Manuela Carneiro da Cunha (1992, p. 141), o projeto de civilização e catequese do Governo imperial visava resolver a questão da mão de obra, mas, especialmente, ocupar as terras indígenas.

É interessante notar que o manual macediano, na parte em que trata dos gentios existentes no período colonial, utiliza alguns conceitos centrais para os intelectuais oitocentistas, quais sejam: civilização e nação. A civilização, compreendida no sentido de desenvolvimento material, intelectual, religioso e moral, como define Macedo, fazia parte do projeto dos políticos e letrados brasileiros engajados na tarefa de construir a nação. O autor, porém, demonstrando erudição, deixa claro que o conceito de nação pode tanto ser usado no moderno sentido político, designando um Estado, quanto no sentido de grupos étnicos que possuem costumes em comum e se reconhecem como tais.

Nação é um grande número de famílias que habitam o mesmo solo vivem debaixo das mesmas leis, e falam ordinariamente a mesma língua. Também se diz – nação – para significar um povo de uma mesma origem e falando a mesma língua, e como designando-se uma casta ou uma raça (MACEDO, s/d, p. 52).

O tema da nação, mais do que o de civilização, era usado recorrentemente nos impressos que circularam no século XIX, e que serviram como instrumento simbólico de mobilização popular e de persuasão política em diferentes momentos e com diferentes objetivos. Tanto que, já em 1823, José Bonifácio falava em nome da nação, como uma entidade que demandava a civilização dos indígenas.

Manoel Salgado Guimarães aponta que os escritos produzidos pelo IHGB, ao atrelar a construção da nação com a ideia da civilização, acabam excluindo índios e negros, na medida em que os consideram grupos inferiores. Na visão do historiador: “A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir com o desdobramento, nos trópicos de uma civilização branca e européia” (GUIMARÃES, 1988, p. 5).

Joaquim Manuel de Macedo, ao propor no seu manual didático a forma e o conteúdo que se deveria estudar no que se refere à história dos gentios brasileiros, acompanha o raciocínio dos demais sócios do IHGB, que representam os indígenas como o outro que residiam no interior do país. O outro que precisava ser “civilizado” e tutelado. Pode-se observar, no entanto, que apesar de conviver num mesmo círculo de sociabilidade e compartilharem o mesmo “lugar social” (GASPARELLO, 2011, p. 478), Macedo se diferencia da *História Geral do Brasil*, na medida em que, em algumas passagens, busca amenizar a representação do indígena como o “bárbaro” descrito por Varnhagen.

A diferença em relação à visão varnhageniana é nítida no texto escrito na Revista do IHGB, quando Macedo critica Varnhagen por que esse ser “anachronico em ideias”, e incorrer no erro daqueles que desumanizaram o “selvagem, aplaudindo as bandeiras assassinas, que os destruíam em hecatombes horríveis, ou legitimando a escravidão das míseras vítimas escapadas a morte e caçadas como fêras” (MACEDO, 1878, p. 471-477).

De fato, na *História Geral do Brasil*, Varnhagen (1951, p. 217, 2019) difunde uma representação bastante negativa do indígena, ressalta a dimensão conflituosa existente entre indígenas e colonos, e afirma que os donatários procederam nesta circunstância colonial “do melhor modo que lhes era possível”. Em sua opinião: “Foi a experiência e não o arbítrio nem a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os Bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo, e adoptarem hábitos civilizados”.

Macedo, por outro lado, apesar de dizer que o indígena é inculto e cruel; se deixa levar, em algumas passagens, por sua verve de escritor romântico quando descreve alguns caracteres do gentio que, segundo ele, era: hospitaleiro e zeloso de sua independência, sendo “audaz e bravo nos combates, cruelíssimo na vingança, astucioso e sagaz, indolente na paz, impávido e heroe em face da morte”. Essas adjetivações antecedem a afirmação de que “o gentio tinha todos os defeitos e vícios do selvagem, mas possuía também alguns sentimentos nobres e generosos” (MACEDO, s/d, p. 41).

Mesmo demonstrando certa sensibilidade ao descrever o gentio, no geral, a forma de escrita das *Lições de História do Brasil* é bastante descritiva e veicula uma visão etnocêntrica desses povos. Se considerarmos a interpretação feita por Gasparello (2003, p. 6), que afirma ter visto nas *Lições*, escritas em 1861, uma defesa dos colonos que tinham sido oprimidos por Portugal, podemos concluir que os compêndios macedianos apresentam algumas contradições em

sim mesmos. Talvez, no entanto, isso se explique pelo local da sua fala, pela vontade de se posicionar contra a antiga metrópole e pelo fato de Macedo se inspirar em Varnhagen, bem como em outros textos etnocêntricos que circulavam desde a época colonial.

De todo modo, no que tange a questão indígena, o conteúdo das *Lições*, como já ressaltamos, difere-se das narrativas contidas nos escritos produzidos na Revista do IHGB, nos quais há críticas acerbas ao colonizador português. Macedo, inclusive, chega a argumentar que a “morte dos aborígenes foi um meio de conquista da terra”. Segundo ele, o Brasil Colônia sofreu com a: “perigosa onipotência exercida pelos Jesuítas sobre os nossos indígenas, e o completo indiferentismo com que o governo de Portugal abandonou os habitantes e verdadeiros senhores da terra” (MACEDO, 1853, p. 578).

A razão das diferenças entre os textos macedianos escritos na Revista do IHGB em relação à sua obra didática *Lições de História do Brasil* talvez sejam uma omissão politicamente calculada, tendo em vista o público para quem se dirigia o manual, ou até mesmo os objetivos pragmáticos de se ensinar uma história do Brasil que desqualificasse os indígenas, a fim de justificar a difusão de um modelo civilizatório europeizado, feito através da catequese e da força física. Justificar a “dominação” como uma “condição para sua civilização”, como argumenta Selma Rinaldi de Mattos (MATTOS, 1993, p. 123), pode ter sido uma das razões das representações depreciativas dos indígenas presentes nas *Lições*. Todavia, precisamos considerar outras variáveis, tais como os limites da consciência possível do autor nessa época, que foi formado em um ambiente elitizado, onde o pensamento iluminista, positivista e evolucionista circulava e constituía a grade epistemológica autorizada, por meio da qual se compreendia e narrava-se a realidade histórica.

Considerações Finais

Nas *Lições* de Macedo, escritas entre 1861-1863, chamaram-nos a atenção o fato de que, mesmo privilegiando as questões administrativas e os heróis nacionais, há dois capítulos que tratam dos indígenas brasileiros, os quais, seguindo a visão europeizada hegemônica no período, são representados como “selvagens” e incivilizados. Enquanto que os africanos são pouquíssimos mencionados, excetuando uma pequena referência ao negro Henrique Dias, herói das Guerras Flamengas, e a Palmares.

O silêncio em relação aos africanos deve-se, possivelmente, a institucionalização da escravidão, que ainda era prática corrente e socialmente

aceita. A questão é: porque Macedo destaca a presença indígena no seu manual? Acredito que Macedo, como outros sócios do IHGB, sendo um leitor das crônicas coloniais, católico de formação e agente político, reconhecia que a história do Brasil foi marcada por um processo de conquista do território. Conquista essa que fazia parte da biografia da nação e que demonstrava a legitimidade do processo de independência. Ademais, tendo em vista a cultura historiográfica vigente, não era possível escrever e ensinar a história do Brasil sem mencionar o marco oficial da chegada dos portugueses e do contato inter-étnico. Mesmo porque essa conquista territorial, além de estar evidente nos documentos oficiais e na memória de muitos, ainda estava em processo, causando divergências seculares entre a Igreja e o Estado. Inseridos nesse debate, alguns indianistas e membros do IHGB, tais como Macedo, veiculavam discursos ambíguos, que condenavam a violência dos colonizadores, mas, ao mesmo tempo, exaltavam seus feitos heróicos. As ambigüidades discursivas desses intelectuais estavam relacionadas, provavelmente, ao local institucional da fala e às interdições epistemológicas do momento histórico.

A presença pujante dos indígenas na Revista do IHGB e no manual de Macedo, que circularam no século XIX, demonstra que essa questão estava na agenda do Governo Imperial e dos intelectuais que estavam interessados em construir uma história e uma identidade nacional, bem como objetivavam ocupar o território e resolver a questão da mão de obra. E para isso precisavam pensar, ainda que retoricamente, os diferentes grupos étnicos que faziam parte da sociedade brasileira, especialmente, aqueles que eram originários do território.

Ora, se no século XIX a escrita e o ensino da temática indígena era um objeto de investigação privilegiado, o que se observa é que ao longo do século XX esse tema foi sendo negligenciado, sobretudo, no ensino de história. Somente a partir dos anos de 2000, devido à pressão dos movimentos sociais e dos apelos dos intelectuais, os currículos escolares estão sofrendo mudanças, estimulados pelas leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatória o ensino da história e cultura africana e indígena.

Apesar desses avanços recentes em termos legais, pouco se sabe sobre a história indígena, sobretudo, da sua atuação como sujeitos históricos, haja vista que muitos manuais escolares ainda não foram devidamente atualizados e reproduzem visões etnocêntricas (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2016, p.8). Não havendo, por parte do Estado, fiscalização sobre a aplicação da lei 11.645/08 (BRIGHENTI, 2016, p. 231), poucos têm dimensão, e as estimativas são “dísparas”, da mortandade gerada pelas relações e guerras desencadeadas após o contato com os europeus (CUNHA, 2012, p. 9-17).

Além de se identificar, ainda hoje, representações dos indígenas que remontam às narrativas do século XIX, muitos brasileiros acham que essa temática só diz respeito ao passado, não obstante ao fato de que dados recentes do IBGE indiquem que existem 900 mil indivíduos autodeclarados, e mais de 180 línguas faladas por esses povos que vivem em regiões distintas do país (SILVA, 2015, p. 22).

O descumprimento da lei 11.645/08 e a invisibilidade dos povos indígenas nas instituições escolares são atribuídos por Clovis Brighenti (2016, p. 245) à permanência de uma visão historiográfica positivista/colonialista, que remonta a Varnhagen. Por isso, o autor defende que o ensino de história, particularmente da história indígena, deve-se pautar em uma perspectiva intercultural e decolonial. Entendendo essa decolonialidade como um “rompimento com as orientações filosóficas que fundamentaram a criação do imaginário indígena produzido no século XIX e ressignificado ao longo do século XX”.

Dentro desse esforço intelectual atual de se pensar, de forma interdisciplinar, a escrita e o ensino da história indígena, ressaltando o protagonismo desses grupos, eu considero importante revisitar as fontes oitocentistas, incluindo os manuais didáticos, para melhor compreendermos o tamanho da inquietação e controvérsias que a ação e reação dos indígenas provocavam nos agentes ligados ao Estado Imperial, notadamente, nos encarregados de produzir conhecimento. Repensar e questionar o discurso da identidade nacional, produzido pelos lugares institucionais de saber e poder existentes no Oitocentos, particularmente, no que se refere à questão étnica, é um ato político para que não nos esqueçamos as implicações e o impacto social e cultural da conquista e exploração do Brasil, tendo em vista que os indígenas e afro-brasileiros, ainda hoje, precisam lutar contra as desigualdades raciais, contra as representações pejorativas e contra os silêncios e os esquecimentos das narrativas históricas.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Marta; MAESO, Sílvia Rodrigues. Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. **Estudos de Sociologia**, vol. 15, n. 28, p. 239-270, 2010. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/2559/2179>>. Acesso em jan. 2018.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brazil**. I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 3.º ed, 1.º Trimestre, Tomo I, N. 1, p. 9-17, 1908.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In. _____(Org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 69-90.

BITTENCOURT, Circe. Autores editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). Educação e Pesquisa. **Revista da Faculdade de Educação da USP**, set/dez, vol. 30, n. 3, p. 475-491, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n3/a08v30n3.pdf>>. Acesso em: mar. 2014.

BRASIL. Decreto nº 426, de 24 de Julho de 1845. **Regulamento Acerca das Missões Catequese e Civilização dos Índios**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-426-24-julho-1845-560529-publicacaooriginal-83578-pe.html>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

BRIGHENTI, Clovis Antônio. Colonialidade e decolonialidade no ensino da história e cultura indígena. In. WITTMANN, Luisa Tombini; SOUZA, Fabio Feltrin de. **Protagonismo indígena na história**. Tubarão-SC: Copiart; [Erechim, RS]: UFFS, 2016. p. 231-285. (Educação para as relações étnico-raciais, v. 4). Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/07/vol4-protagonismo-indc3adgena-na-histic3b3ria.pdf>>. Acesso em: 23 mai 2018.

CANDAU, Vera. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo Sem Fronteiras**. v. 11, n. 2, p. 240-255, 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>>. Acesso em: jan. 2018.

CEZAR, Temístocles, Lição sobre a escrita da História. Historiografia e nação no Brasil do século XIX, **Diálogos**. Maringá, (8), p. 11-29, 2004.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e as edições didáticas: sobre o estado da

arte. In. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: Vol. 30, N. 3, p. 549-566, set./dez. 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma história indígena. In. _____. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 6-25.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In. _____. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, FAPES, 1992. p. 133-154.

FEIDMAN, Diogo Roberto Calheiros. **O livro didático de história**. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. A pedagogia da nação nos livros didáticos de História do Brasil do Colégio Pedro II. **Cadernos de Ensaios e Pesquisas** (UFF), Niterói, v. 8, p. 41-50, 2003.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. Homens de letras no magistério Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma história escolar. **Revista de História** (USP), v. 164, p. 463-485, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19205>>. Acesso em: 24 mai. 2018.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>>. Acesso em: 14 nov. 2016.

HOBSBAWM, Eric. “Etnia e nacionalismo na Europa de hoje”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. **Um mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 271-282.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Lições de História de Brazil para uso das Escolas de Instrução Primária (1861/63)**. 9ª ed. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, s/d. Disponível em: <<http://lemad.ffch.usp.br/node/530>>. Acesso em: mar.2014.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do Primeiro Secretário Interino o Sr. Dr. Joaquim Manoel de Macedo. In. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo XV, p. 486-519, 1852.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Relatório do primeiro secretário Dr. Joaquim

Manoel de Macedo. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Tomo XVI, 3.º Série, N.º 9, 1.º Trimestre, p. 563-598, 1853.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Relatório do primeiro secretário Dr. Joaquim Manoel de Macedo. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. Tomo XVII, 3.º Série, N.º 13, 1.º Trimestre, p. 3-50, 1854 (Suplemento).

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do Orador o Sr. Joaquim Manoel de Macedo. In. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo XIX, p.92-122, 1856.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do Orador o Sr. Joaquim Manoel de Macedo. In. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo XVIII, p.685-715, 1860.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do Orador o Sr. Joaquim Manoel de Macedo. In. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo XXIV, p.797-826, 1861.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Dúvidas sobre alguns pontos da História da Pátria. Memória oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo Sr. Joaquim Manoel de Macedo. In. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo XXV, p. 3-42, 1862.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do Orador o Sr. Joaquim Manoel de Macedo. In. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo XXV, p.718-739, 1862.

MACEDO, Joaquim Manoel de. Discurso do Orador o Sr. Joaquim Manoel de Macedo. In. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo XXI, p.471-506, 1878.

MATTOS, Raymundo José da; BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. In. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**. I. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 3.º ed, 1.º Trimestre, Tomo I, N. 1, p. 6-8, 1908.

MATTOS, Selma Rinaldi de. **Brasil em lições**: a história do ensino de história do Brasil no Império através dos manuais de Joaquim Manoel de Macedo. Dissertação (mestrado em Educação). FGV – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8913/000059389.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: mar. 2018.

OLIVEIRA, João Pacheco de; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Prefácio. In._____. WITTMANN, Luisa Tombini; SOUZA, Fabio Feltrin de.

Protagonismo indígena na história. Tubarão-SC: Copiart; [Erechim, RS]: UFFS, 2016. p. 7-14. (Educação para as relações étnico-raciais, v. 4). Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/07/vol4-protagonismo-indc3adgena-na-histic3b3ria.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2018.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870).** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a escravatura. In. _____. **Projetos para o Brasil.** São Paulo: Publifolha, 2000.

SILVA, Giovani José da. Ensino de história indígena. In. WITTMANN, Luisa Tombini (Org.). **Ensino (d)e história indígena.** Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 21-46.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. In. _____. (Org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011. p. 91.

SPOSITO, Fernanda. **Nem cidadãos, nem brasileiros:** indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21052006-210031/pt-br.php>>. Acesso em: 22 mai 2018.

TAVORA, Franklin. Discurso da sessão Magna, pelo Dr. Franklin Tavora. In. **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, tomo XXVI, p.507-530, ano 1882. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B_G9pg7CxKSsRTRONGtoV2szM2M/view?usp=drive_web>. Acesso em: 01 jul. 2017.

TOLEDO, Maria Aparecida L. Tursi. A história ensinada sob o império da memória: questões de História da disciplina. In. **História** (São Paulo), vol 23, p. 13-32, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v23n1-2/a02v2312.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2017.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil:** antes da sua separação e independência de Portugal. 7ª ed. São Paulo: Melhoramentos, Tomo I, 1951.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memória acerca da importância do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil. In: **Revista do IHGB**. Rio de Janeiro, 3(9), p.53-61. jan/mar. 1841.

VECHIA, Ariclê. Os livros didáticos de história do Brasil na escola secundária brasileira no século XIX, sob a égide das idéias européias. In: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 31, n. 17, p. 104-128, jan./abr. 2008. Disponível em:

<<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/3907/3174>>.

Acesso em: out. 2016.

ABSTRACT: This article analyze the writing and the teaching of history in the 19th century, taking as parameter the ideas by Joaquim Manuel de Macedo, especially, his writings in the IHGB Review and his teaching manual Lessons of History of Brazil for the use of Schools of Primary Education (1861/63). This manual gives prominence to political and administrative issues, but contains two lessons about Brazilian indigenous. I believe that the writing of Brazilian History Lessons demonstrates the importance that the indigenous theme had for the political and intellectual in this period, especially, for the members of the Brazilian Historical and Geographical Institute, who intended to write and to teach a history that corroborated with the construction of the Brazilian nation.

KEYWORDS: Joaquim Manuel de Macedo; Textbook; History Teaching; Indigenous.
